

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

EDITAL Nº 003/2018

DEPARTAMENTO: \_\_\_\_\_ MATÉRIA DE ENSINO: \_\_\_\_\_

Informações do candidato

Nome:		
R.G.:	Data de expedição:	Órgão expedidor:
CPF:	Nº do NIS:	
Data de Nascimento:		
Nome da mãe:		
Endereço completo:		
Tel:	E-mail:	

Declaro, para efeito de concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição deste concurso público, e sob as penas da lei, ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

Assinatura do candidato

## RECIBO DE ENTREGA DO PEDIDO ISENÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO - UFS

Candidato: \_\_\_\_\_

Recebi o pedido;

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
DATA\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA DIRESP

## ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO  
EDITAL Nº 003/2018  
DADOS DO CANDIDATO

Nome do candidato:			
Endereço residencial:			
Complemento endereço:			
Telefone fixo (e/DDD):		Celular (e/DDD):	
E-mail:		E-mail alternativo:	
DADOS DO PROCESSO SELETIVO			
Número do Edital:		Cargo pretendido:	
Departamento/Núcleo:		Campus:	
Matéria de ensino:			
Disciplinas:			
Edital de Homologação		Data de Publicação no D.O.U.:	
CONTESTAÇÃO DO CANDIDATO			

Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

EDITAL Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2018  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Sergipe, em atendimento ao disposto no inciso II, artigo 37 da Constituição Federal, na Lei 8.112/1990, de 11/12/1990, no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público para o provimento dos cargos vagos de Professor da Carreira do Magistério Superior, nos termos da Lei nº 12.772, de 28/12/2012, alterada pela Lei nº 12.863, de 24/09/2013 e pela Lei 13.243, de 11/01/2016, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e observando o disposto: na Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 316, de 09/10/2017, publicada no D.O.U. de 19/10/2017, na Resolução nº 23/2007/CONSU/UFS, na Resolução nº 23/2013/CONSU/UFS, na Resolução 31/2016/CONSU, na Portaria nº 2.818/UFS, de 18/10/2012, na Portaria nº 0733/UFS, de 29/04/2015, na Orientação Normativa nº 3, de 01/08/2016, publicada no D.O.U. de 02/08/2016, e mediante as normas e condições contidas neste Edital.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.A denominação dos cargos, regime de trabalho, titulação mínima exigida, matérias de ensino e o número de vagas constam no Anexo

I. 2.Os candidatos aprovados serão nomeados sob Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, previsto na Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

3.São objetos deste Edital os cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior, conforme o quadro a seguir:

Classe	Cargos oferecidos neste Edital				Nível	Remuneração Inicial (Lei nº 12.772/2012) em R\$			
	Denominação					Regime de Trabalho Vagas Venc. Básico Retribuição por Titulação			Aperfeiçoamento Especialização Mestrado/Doutorado
E	Titular	Único	*DE	01	8.119,08	-	-	-	11.321,40

\*Dedicação Exclusiva

4.A remuneração do candidato será composta pelo Vencimento Básico do Cargo, de acordo com o regime de trabalho estabelecido para vaga, somado à Retribuição por Titulação referente ao maior título apresentando pelo candidato após o ato da posse, conforme valores constantes no item 1.3.

5.O Concurso Público objeto deste Edital será Coordenado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e a aplicação das provas será executada pela Comissão Examinadora instituída pelo Departamento/Núcleo responsável pela vaga.

6.Todas as informações sobre o concurso objeto deste Edital serão divulgadas no endereço eletrônico www.progep.ufs.br (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital"), sendo de responsabilidade do candidato acessá-lo, periodicamente, para acompanhar as etapas desta seleção.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.A inscrição do candidato neste concurso implica conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, nas instruções específicas de cada item e nas demais informações que porventura venham a ser divulgadas no endereço eletrônico www.progep.ufs.br, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.A inscrição deverá ser efetuada exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.progep.ufs.br (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital"), a partir das 9 horas do dia 26 de janeiro de 2018 até as 23 horas e 59 minutos do dia 24 de fevereiro de 2018 (horário local).

4.As informações cadastrais fornecidas pelo candidato por meio da internet são de responsabilidade exclusiva do próprio candidato, que responderá por eventuais erros ou omissões.

5.Imediatamente após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá, no mesmo endereço eletrônico, imprimir a Guia de Recolhimento da União (GRU) e efetuar o pagamento no período de 26 de janeiro de 2018 a 26 de fevereiro de 2018, nas agências ou caixas eletrônicas do Banco do Brasil.

6.Não será aceita a inscrição cujo pagamento for efetuado após o dia 26 de fevereiro de 2018, ou cujo pagamento seja realizado em desacordo com este Edital.

7.O candidato poderá se inscrever para mais de uma vaga, devendo, no entanto, optar por apenas uma delas, em caso de conflito de horário entre qualquer uma das provas.

8.Em hipótese alguma haverá devolução da taxa de inscrição.

9.Só será aceito pagamento da taxa de inscrição através da Guia de Recolhimento da União (GRU) gerada através do sistema de inscrição on-line.

10.A UFS não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica tais como falhas de comunicação e/ou congestionamento nas linhas de comunicação que impossibilitem a transferência de dados.

11.O simples preenchimento do formulário de inscrição pela Internet não gera ao candidato qualquer direito ou expectativa em relação à participação no Concurso objeto deste edital.

12.A efetivação da inscrição fica condicionada à confirmação do recolhimento da taxa de inscrição junto ao Banco do Brasil até o dia 26 de fevereiro de 2018.

13.Somente terá validade o comprovante de pagamento da taxa de inscrição que constar o código de barras da Guia de Recolhimento da União (GRU) do candidato.

14.O simples agendamento e o respectivo demonstrativo não se constituem em documento comprovante de pagamento do valor de inscrição.

15.A qualquer momento poderá ser anulada a inscrição, as provas, a nomeação e a posse do candidato, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração prestada e/ou qualquer irregularidade nas provas ou em documentos apresentados.

16.O candidato deverá guardar em seu poder o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

17.O candidato não poderá modificar a opção do cargo, após o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU).

18.Não será aceita, em hipótese alguma, inscrição condicionada ou que não atenda aos requisitos deste Edital.



19.As taxas da inscrição corresponderão aos seguintes valores:

Classe	Denominação	Nível	Taxa de inscrição (R\$)
E	Titular	Único	200,00

### 3.DA INSCRIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

20.A Universidade assegurará à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

21.Em atenção ao disposto no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro 1999, no §2º do artigo 5º da Lei 8.112/90, e no Art. 4º da Lei 12.990/14, será reservado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas nos cargos com número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

22.O cadastro reservado aos candidatos com deficiência será aplicado sempre que o número de vagas oferecidas ou das vagas que vierem a ser criadas for igual ou superior a 05 (cinco) nos cargos/especialidades presentes no Anexo I.

23.O primeiro candidato com deficiência classificado no concurso será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta, relativa ao cargo para o qual concorreu, enquanto os demais candidatos deficientes classificados serão convocados, a cada intervalo de 5 (cinco) vagas providas, para ocupar a 10ª, a 15ª, a 20ª, a 25ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do concurso.

24.Para concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, o candidato deverá:

a)No ato de inscrição, declarar-se com deficiência;

b)Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a possível causa da deficiência.

1.O candidato com deficiência deverá encaminhar os documentos citados na alínea "b)" do subitem 3.5 numa das seguintes maneiras:

a)Realizar, no ato da inscrição, o upload da cópia simples do CPF e do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), em meio eletrônico no formato PDF, ou;

b)Enviar a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) através de SEDEX (Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias), postado imprimeiramente até o dia 26 de fevereiro de 2018, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - DIRESP/UFES - Edital 004/2018 (laudo médico), Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP: 49100-000, ou;

c)Entregar, até o dia 26 de fevereiro de 2018, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou através de terceiro, a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), na Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DIRESP), localizada no prédio da Reitoria do Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão - SE.

25.O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer uma das vias previstas neste edital, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio ou atraso que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

26.O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

27.O candidato com deficiência poderá requerer no ato da inscrição, na forma do item 5 deste edital, condição especial para realização das provas.

28.O candidato que não entregar a documentação nos termos dos itens 3.5.1 não concorrerá às vagas destinadas às pessoas com deficiência, podendo participar do concurso nas mesmas condições dos demais candidatos, caso tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição nos termos deste edital.

29.O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer uma das vias previstas neste edital, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio, atraso que impeça a chegada dessa documentação a seu destino ou falha no envio da documentação.

30.A inobservância do disposto no subitem 3.5 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e o não atendimento às condições especiais necessárias.

31.Caso o candidato com deficiência seja aprovado neste concurso, deverá comprovar esta condição perante avaliação da Junta Médica da UFS, quando da nomeação.

### 4.DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

32.Das vagas destinadas a cada cargo/especialidade e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

33.Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do artigo 1º da Lei nº 12.990/2014.

34.O cadastro reservado aos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos será aplicado sempre que o número de vagas oferecidas ou das vagas que vierem a ser criadas for igual ou superior a 03 (três) nos cargos/especialidades presentes no Anexo I.

35.O primeiro candidato negro ou pardo classificado no concurso será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta, relativa ao cargo para o qual concorreu, enquanto os demais candidatos negros ou pardos classificados serão convocados, a cada intervalo de 5 (cinco) vagas providas, para ocupar a 8ª, a 13ª, a 18ª, a 23ª vagas, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente à criação de novas vagas, durante o prazo de validade do concurso.

36.Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

37.A autodeclaração é preenchida ao escolher a opção preto ou pardo no formulário de inscrição, a qual configura em aceitação tácita de concorrer às vagas reservadas pela Lei 12.990/14.

38.A autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

39.As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

2.Em atendimento à Orientação nº 03 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 01 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 02 de agosto de 2016, seção 1, página 54, será composta comissão própria, designada pela UFS, a fim de aferir a veracidade das informações prestadas pelos candidatos, conforme item 4.5. Tal aferição realizar-se-á após a divulgação da homologação do Resultado através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no site da instituição (www.progep.ufes.br), antes da homologação do Resultado Final do Concurso Público pelo Magnífico Reitor, com a presença obrigatória do candidato, sendo somente convocados os candidatos classificados de acordo com o disposto no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, em data e local a ser definido.

3.Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.Para fins de aferição da veracidade das informações prestadas pelos candidatos, a comissão designada pela Portaria nº 1.596, de 24 de novembro de 2016, alterada pela Portaria nº 1.621, de 06 de dezembro de 2016 observará apenas aspectos físicos (fenótipos). Não será objeto de análise a ascendência, vínculos familiares, caracteres culturais ou religiosos, entre outros.

5.A data, horário e local para aferição da comissão será publicado no site da instituição (www.progep.ufes.br) e os candidatos auto-declarados negros ou pardos serão convocados oficialmente para comparecimento.

6.O não comparecimento do candidato implicará na exclusão do candidato na classificação por cotas definidas pela Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, sendo classificado apenas na lista dos candidatos classificados na ampla concorrência.

7.Para os candidatos não considerados negros ou pardos após decisão da comissão, caberá recurso à Comissão de Verificação e Aferição da Veracidade da Autodeclaração - CVAVA, em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do resultado no site da instituição (www.progep.ufes.br), mediante requerimento destinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

8.Os recursos deverão ser entregues e registrados no Protocolo Geral da UFS, localizado no prédio da Reitoria do Campus de São Cristóvão, no horário de 08h às 12h e de 14h às 18h, dentro do prazo de que trata o subitem anterior.

9.O candidato poderá, ainda, enviar o recurso através de SEDEX, desde que postado dentro do prazo de que trata o item 4.8.6, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - DIRESP/UFES, Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP: 49100-000.

40.Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

10.Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

41.Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

11.Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

42.A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

### 5.DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

43.Os candidatos que necessitarem de condições especiais para realização das provas deverão informá-las no ato de inscrição, preenchendo o campo específico do formulário de inscrição destinado a esse fim.

44.O candidato que solicitar atendimento especial na forma estabelecida no subitem anterior deverá enviar cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), este emitido nos últimos doze meses, que justifique o atendimento especial solicitado.

45.A documentação citada no subitem anterior deverá ser encaminhada para a DIRESP numa das seguintes maneiras:

a)Realizar, no ato da inscrição, o upload da cópia simples do CPF e do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), em meio eletrônico no formato PDF, ou;

b)Enviar a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) através de SEDEX (Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias), postado imprimeiramente até o dia 26 de fevereiro de 2018, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - DIRESP/UFES - Edital 004/2018 (condição especial), Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP: 49100-000, ou;

c)Entregar, até o dia 26 de fevereiro de 2018, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou através de terceiro, a cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), na Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DIRESP), localizada no prédio da Reitoria do Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão - SE.

46.Os candidatos que não solicitarem as condições especiais no ato de inscrição ou que não encaminharem a documentação comprobatória exigida nos termos e prazos estabelecidos neste edital não terão direito a tratamento especial durante a realização das provas.

47.O fornecimento dos documentos listados no subitem 5.2, por qualquer uma das vias previstas neste edital, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio, atraso que impeça a chegada dessa documentação a seu destino ou falha no envio da documentação.

48.O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

49.A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, no ato de inscrição, deverá encaminhar, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal da UFS, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia 26 de fevereiro de 2018, e levar, no dia das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

50.Caso a criança ainda não tenha nascido até a data estabelecida no subitem 5.7, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra que ateste a data provável do nascimento.

51.A solicitação de condição especial e a apresentação dos documentos listados no subitem 5.2 não garantem ao candidato o atendimento do seu pedido, uma vez que caberá a UFS analisar a pertinência da solicitação e a possibilidade de seu atendimento, segundo os critérios de viabilidade e razoabilidade.

### 6.DO PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

52.Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008.

53.Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a)estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

b)for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007;

c)Apresentar os seguintes documentos: declaração de hipossuficiência, constante no anexo II deste edital, devidamente preenchida; cópia de documento que comprove a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) e cópia do CPF e da Carteira de Identidade.

54.O candidato interessado, que preencher os requisitos e desejar solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição, deverá efetuar sua inscrição até o dia 04 de fevereiro de 2018, normalmente, sem realizar o pagamento da GRU, e encaminhar a documentação de que trata a alínea "c)" do sub-item 6.2, para a DIRESP, numa das seguintes maneiras:

a)Realizar, no ato da inscrição, o upload da documentação, em meio eletrônico no formato PDF, até o dia 04 de fevereiro de 2018, ou;

b)Enviar a documentação através de SEDEX (Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias), postado imprimeiramente até o dia 05 de fevereiro de 2018, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - DIRESP/UFES - Edital 004/2018 (pedido de isenção), Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP: 49100-000, ou;

c)Entregar, até o dia 05 de fevereiro de 2018, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou através de terceiro, a documentação, na Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DIRESP), localizada no prédio da Reitoria do Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão - SE.

55.A simples entrega da documentação não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, que estará sujeita à análise por parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

56.Não serão aceitos, após a entrega ou postagem da documentação, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

57.O fornecimento dos documentos listados no subitem 6.2, por qualquer uma das vias previstas neste edital, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio, atraso que impeça a chegada dessa documentação a seu destino ou falha no envio da documentação.

58.O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação, documentação ou, ainda, a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção.

59.O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade da documentação apresentada, sob as penas da lei, cabendo à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a análise do preenchimento das condições e dos requisitos exigidos e o eventual indeferimento dos pedidos em desacordo, podendo, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração infundada, ou qualquer outro tipo de irregularidade, rever a isenção. Constatada a ocorrência de tais hipóteses, serão adotadas medidas legais contra os infratores, inclusive as de natureza criminal.

60.O resultado da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado no horário compreendido entre 9h e 18h, do dia 09 de fevereiro de 2018, no endereço eletrônico [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital").

61.Não haverá recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

62.O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida deverá proceder ao pagamento da GRU, até o dia 26 de fevereiro de 2018, conforme determina este Edital. Caso o candidato não efetue o pagamento até essa data, não terá sua inscrição efetivada.

63.Não será concedida isenção aos inscritos que já tenham efetuado o pagamento da respectiva taxa de inscrição.

**7.DO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO**

64.Não será deferido o requerimento da inscrição:

a)Apresentado extemporaneamente e/ou sem atendimento aos meios, procedimentos e formulários próprios, conforme determinações do Edital;

b)Que não foi devidamente preenchido, conforme instruções deste Edital;

c)Sem o correspondente pagamento do valor total da inscrição, nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Edital.

**8.DA VERIFICAÇÃO DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO**

65.O candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital"), a partir do 5º dia útil após a data de pagamento da Guia de Recolhimento da União e até o dia 05 de março de 2018, para verificar o deferimento de sua inscrição.

66.A relação preliminar dos pedidos de inscrição deferidos será divulgada no site [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital") no dia 05 de março de 2018.

67.Caso o nome do candidato não conste na relação preliminar dos pedidos de inscrição deferidos, o candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a partir da data de divulgação desta relação, para interpor recurso contra eventual não deferimento do seu pedido de inscrição junto à Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal da UFS, no horário de 09h às 12h e das 14h às 17h.

68.Será de inteira responsabilidade do candidato a verificação do deferimento do seu pedido de inscrição, não sendo admitido recurso contra o não deferimento após o prazo estabelecido no subitem anterior.

69.A relação definitiva dos pedidos de inscrição deferidos será divulgada no site [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital") no dia 08 de março de 2018.

**9.DAS PROVAS**

70.Este Concurso Público de Provas e Títulos será realizado nas seguintes etapas:

a)Prova escrita;

b)Prova oral (defesa de tese);

c)Prova de defesa de memorial.

71.Os pontos das provas estão disponíveis no Anexo III deste edital.

72.O início das provas deverá ser realizado entre 26 de março de 2018 e 26 de maio de 2018, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias e máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos após a publicação deste edital no Diário Oficial da União e suas datas, horários, locais de realização e comissões examinadoras serão divulgados a partir do dia 08 de março de 2018, com no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência para o início das provas, no endereço eletrônico [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Docentes, Concursos abertos em 2018, "Página do Edital"). Cabe ao candidato acessar este endereço eletrônico para identificar os dias, horários e locais de aplicação de sua prova.

73.Para todas as provas, o candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 1 hora ao local indicado, munido de documento de identidade com foto expedido pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, Polícias Militares, Ordens ou Conselhos, ou Carteira Nacional de Habilitação.

74.Não será permitida a entrada de candidato no local de prova sem o seu documento de identidade com foto.

75.No caso de perda ou extravio dos documentos exigidos, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em Órgão Policial.

76.Não será permitida durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o porte e utilização de aparelhos celulares ou similares, máquinas calculadoras ou similares, pager, bip, walkman ou qualquer outro aparelho eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, usar chapéu, boné ou óculos escuros.

77.Será eliminado do Concurso o candidato que:

a)Não comparecer nos dias e horários definidos ao local das provas;

b)Comprovadamente usar de fraude, atentar contra disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar, fiscalizar ou auxiliar a realização das provas;

**10.DA PROVA ESCRITA**

78.A prova escrita será composta de dissertação(ões) e/ou resoluções de problemas e versará sobre assunto sorteado pela Comissão Examinadora imediatamente antes do início da prova, de uma lista de, no mínimo, 10 (dez) pontos, elaborada pelo departamento, e disponível no Anexo III deste Edital.

79.A Prova Escrita terá duração máxima de 04 (quatro horas).

80.Após a realização, a prova escrita de cada candidato será guardada em envelope lacrado e rubricado por todos os membros da Comissão Examinadora, devendo cada candidato assinar a lista de presença.

81.A abertura dos envelopes das provas escritas se dará em sessão pública, devendo os nomes ser lidos por um dos examinadores. A atribuição do respectivo grau poderá acontecer em reunião reservada da Comissão Examinadora.

82.A leitura da prova escrita será realizada em reunião pública da Comissão Examinadora, devendo cada candidato ser informado da sua realização, com o mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comparecer no dia, hora e locais determinados a fim de proceder à leitura da respectiva prova.

83.A leitura da Prova Escrita poderá ser dispensada pela Comissão Examinadora, sem prejuízo do direito de o candidato ter acesso à nota dada por cada examinador.

84.Cada membro da Comissão Examinadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) a cada um dos candidatos que participarem da prova escrita.

85.A Nota Final da Prova Escrita será a média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora.

86.Será aprovado na Prova Escrita o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 70,00 (setenta), não considerando o seu respectivo peso.

**11.DA PROVA ORAL (DEFESA DE TESE)**

87.A prova oral (defesa de tese), que será pública, constituir-se-á da apresentação, pelo candidato, de uma tese inédita, de sua autoria, na área de conhecimento do concurso.

88.O candidato deverá entregar sua tese à Comissão Examinadora, em 04 (quatro) vias, na data, horário e local definido em calendário de provas.

89.A chamada dos candidatos para a realização da prova oral (defesa de tese) obedecerá à ordem do sorteio realizada pelo Departamento ou Núcleo Acadêmico responsável pela aplicação das provas.

90.Em virtude da ausência de um ou mais candidatos, em qualquer uma das fases do concurso, a ordem dos candidatos poderá ser alterada, a critério da Comissão Examinadora.

91.Cada candidato disporá de um tempo máximo de 60 (sessenta) minutos para apresentar sua tese.

92.Cada componente da Comissão Examinadora disporá de até 15 (quinze) minutos para arguir o candidato, e cada candidato terá igual tempo para responder às questões formuladas.

93.Havendo acordo mútuo entre examinador e candidato antes da arguição, esta a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 30 (trinta) minutos para cada examinador.

94.Constituirão critérios para avaliação da prova oral (defesa de tese): conhecimento do assunto, capacidade de síntese, clareza de exposição, correção e adequação da linguagem, consistência teórica e/ou técnica; relevância do tema focado quanto ao estado presente da área em que se insere; relevância da tese no contexto da área em que se insere, e, adequação do tema da tese à área objeto do concurso.

95.Cada membro da Comissão Examinadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) a cada um dos candidatos que participarem da Prova Oral (Defesa de Tese).

96.A Nota Final da Prova Oral (Defesa de Tese) será a média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora.

97.Será aprovado na Prova Oral (Defesa de Tese) o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 70,00 (setenta), não considerando o seu respectivo peso.

98.Nos termos do §3º, do Art. 13, do Decreto 6.944/2009, a prova oral (defesa de tese) e a prova de defesa de memorial deverão ser gravadas.

**12.DA PROVA DE DEFESA DE MEMORIAL**

99.A prova de defesa de memorial, que será pública, constituir-se-á da apresentação pelo candidato, de um memorial descritivo, de sua autoria, com relato comentado da sua formação acadêmica, da sua produção acadêmica e da sua experiência profissional.

103.Cada candidato disporá de um tempo máximo de 60 (sessenta) minutos para apresentar seu memorial.

104.Cada componente da Comissão Examinadora disporá de até 15 (quinze) minutos para arguir o candidato, e cada candidato terá igual tempo para responder às questões formuladas.

105.Havendo acordo mútuo entre examinador e candidato antes da arguição, esta a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 30 (trinta) minutos para cada examinador.

106.Constituirão critérios para avaliação da prova de defesa de memorial: adequação da formação acadêmica do candidato à sua produção acadêmica e à sua experiência profissional; relevância da produção acadêmica para a situação presente da área em que se insere; relevância da produção acadêmica para o estado presente da área em que se insere; relevância da experiência profissional para a área objeto do concurso; capacidade de síntese; clareza de exposição, e, correção e adequação da linguagem.

107.Cada membro da Comissão Examinadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) a cada um dos candidatos que participarem da Prova de Defesa de Memorial.

108.A Nota Final da Prova de Defesa de Memorial será a média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora.

109. Será aprovado na Prova de Defesa de Memorial o candidato que obtiver Nota Final igual ou superior a 70,00 (setenta), não considerando o seu respectivo peso.

110.Nos termos do §3º, do Art. 13, do Decreto 6.944/2009, a prova de defesa de tese e a prova de defesa de memorial deverão ser gravadas.

**13.DA ANÁLISE DOS TÍTULOS**

111.A análise dos títulos servirá como critério prioritário em caso de empate.

112.Somente serão considerados os títulos relacionados com a área de conhecimento do departamento, dando-se maior valor aos diretamente ligados à(s) matéria(s) de ensino do concurso, segundo os critérios estabelecidos no Anexo da Resolução nº 023/2007/CONSU, disponível no endereço eletrônico [www.progep.ufs.br](http://www.progep.ufs.br) (menu Concursos e Seleções, Normas e resoluções).

113.Para participar da análise de títulos, o candidato deverá entregar à Comissão Examinadora, na data, horário e local definido em calendário de provas, 01 (uma) cópia do currículo versão lattes atualizado, devidamente comprovado e encadernado.

114.Somente serão computados os títulos constantes do currículo lattes e devidamente comprovados.

115.Não serão pontuados os documentos que estiverem em desacordo com este Edital.

116.A Comissão Examinadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) a cada um dos candidatos que participarem da análise dos títulos.

**14.DO RESULTADO FINAL DAS PROVAS**

117.Realizadas todas as provas, o presidente da Comissão Examinadora convocará os seus membros para a leitura e levantamento coletivo das notas atribuídas por cada examinador a cada candidato, devendo desta reunião ser lavrada ata circunstanciada.

118.A Comissão Examinadora terá o prazo máximo de 08 (oito) dias corridos para a conclusão de seus trabalhos contados a partir da realização da última prova.

119.Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Examinadora, seu Relatório Final deverá ser aprovado pelo Conselho do Departamento ou do Núcleo Acadêmico responsável pela aplicação das provas, bem como pelo respectivo Conselho de Centro.

120.Quadro Geral de Notas da Comissão Examinadora, após apreciado pelo respectivo Conselho Departamental e de Centro, constituirá a homologação do Resultado do Concurso Público.

121.Será eliminado o candidato que obtiver Nota Final inferior a 70 (setenta) pontos em cada uma das provas, não considerando o seu respectivo peso, excetuando-se a análise dos títulos, que servirá como critério prioritário em caso de empate.

122.De acordo com o que consta na Resolução nº 023/2007/CONSU, a apuração final das notas será feita mediante o uso de uma média ponderada, na qual as provas, para as diversas categorias, terão os seguintes pesos:

Provas/Cargos	Professor Titular
Prova Escrita	Peso 03
Prova de Defesa de Tese	Peso 03
Prova de Defesa de Memorial	Peso 04
Prova de Títulos	-

123.Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, estarão automaticamente reprovados neste concurso público.

124.Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado.

125.O resultado final será divulgado em três listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e dos candidatos portadores de deficiência, a segunda, somente a pontuação dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, e a terceira, somente a pontuação dos candidatos portadores de deficiência, conforme determinado a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 e o art. 42 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.



16.DAS RECLAMAÇÕES E DOS RECURSOS  
126.Da publicação da homologação do resultado do concurso, caberá recurso ao Conselho Universitário, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da referida publicação no Diário Oficial da União, mediante requerimento destinado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

127.Os recursos deverão ser entregues e registrados no Protocolo Geral da UFS, localizado no prédio da Reitoria do Campus de São Cristóvão, no horário de 08h às 12h e de 14h às 18h, dentro do prazo de que trata o subitem anterior.

128.O candidato poderá, ainda, enviar o recurso através de SEDEX, desde que postado dentro do prazo de que trata o item 16.1, para a Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - DIRESP/UFS - Concurso Edital 004/2018 (recurso), Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP: 49100-000.

129.A interposição do recurso, por qualquer uma das vias previstas neste edital, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UFS não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio ou atraso que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

130.Os recursos serão anexados ao processo do concurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que os encaminhará ao Conselho Universitário, para julgamento num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

131.Não serão aceitos recursos entregues fora do prazo estabelecido no item 16.1 ou em desacordo com este edital.

17.CRITÉRIOS DE DESEMPATE

132.No caso de igualdade da pontuação final serão adotados os critérios de desempate descritos abaixo em ordem crescente de prioridade:

a)Candidato que tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b)Persistindo o empate, maior nota análise de títulos;

c)Persistindo o empate, maior nota na prova de defesa de memorial.

d)Persistindo o empate, maior nota na prova oral (defesa de tese).

e)Persistindo o empate, maior nota na prova escrita.

f)Persistindo o empate, maior tempo de magistério em Instituição de Ensino Superior, e,

g)Persistindo o empate, maior idade.

133.Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado.

18.DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS:

134.Para assumir o cargo o candidato deverá:

a)Ter sido aprovado no concurso público objeto deste Edital;

b)Ter o Título de Doutor, e, 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso;

c)Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ainda, no caso de estrangeiro, estar com situação regular no país, por intermédio de visto permanente que o habilite, inclusive, a trabalhar no território nacional. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal;

d)Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

e)Ter idade mínima de 18 anos completos, na data da posse;

f)Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

g)Estar em gozo dos direitos políticos;

h)Possuir a habilitação exigida para o cargo pretendido, conforme indicado no Anexo I;

i)Quando necessário, o certificado ou diploma deve ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);

j)Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, parágrafo único, da Lei 8.112/1990;

k)Não acumular cargo, emprego e funções públicas, exceto aqueles permitidos em lei, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para a posse determinado no § 1º do art. 13 da Lei 9.527/1997.

l)Não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para a posse determinado no § 1º do art. 13 da Lei 9.527/1997.

135.Antes da posse, o candidato convocado deverá comprovar os requisitos exigidos para o cargo neste Edital, e ainda o que determina a Lei, sob pena de ficar impossibilitado de assumir o cargo.

13.Para fins de comprovação do requisito de titulação, somente será aceito diploma de conclusão de curso, não sendo admitido, portanto, atas, certidões, declaração, atestados, comunicações e ofícios de defesa.

14.Somente serão admitidos diplomas expedidos por universidades estrangeiras, se devidamente revalidados por universidades públicas brasileiras, nos termos do Art. 48 da Lei 9.394/1996, da Resolução CNE/CES nº 1/2007, publicada no D.O.U. em 08/07/2007, seção 1, pág. 9, da Resolução CNE/CES nº 8/2007, publicada no D.O.U. em 05/10/2007, seção 1, pág. 49-50 e da Resolução CNE/CES nº 3/2016, publicada no D.O.U. em 23/06/2016, seção 1, pág. 9-10.

19.DA NOMEAÇÃO E POSSE

136.O candidato aprovado dentro do número de vagas será nomeado durante a vigência do concurso e terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

137.O candidato nomeado será convocado, por e-mail e/ou telegrama, para apresentar a documentação e os exames necessários para a posse.

15.As cópias dos documentos deverão ser apresentadas autenticadas ou, caso não tenham sido autenticadas por tabelião, poderão ser apresentadas mediante conferência com os originais por servidor público.

16.Somente poderá ser empossado o candidato aprovado que for julgado apto por Junta Médica Oficial da Universidade Federal de Sergipe.

138.O não comparecimento do candidato ou a não apresentação dos documentos e exames, no decorrer de trinta dias da nomeação, implicará em tornar sem efeito a portaria de nomeação e posterior convocação do próximo classificado.

139.A posse dos candidatos observará o limite de vagas estabelecido no presente Edital.

140.A jornada de trabalho poderá ocorrer durante o turno diurno e/ou noturno de acordo com as necessidades da instituição.

141.Os candidatos aprovados serão lotados nos respectivos Departamentos/Núcleos em conformidade com interesse e necessidade da Instituição.

142.Em até 20 (vinte) dias corridos após a data da publicação da Portaria de nomeação no Diário Oficial da União, o candidato aprovado deverá apresentar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, os títulos exigidos conforme requisitos constantes no anexo I.

143.O candidato nomeado só poderá pleitear a alteração do seu regime de trabalho após o estágio probatório, respeitado o interesse da Administração Pública.

20.DA VALIDADE DO CONCURSO

144.O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação da homologação do resultado no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período a critério da instituição.

21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

145.A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a qualquer momento, poderá utilizar detectores de metal para verificação de porte de equipamentos eletrônicos, principalmente na ida dos candidatos ao banheiro.

146.Na hipótese de surgirem novas vagas, observado o prazo de validade do concurso, a UFS poderá convocar os demais candidatos homologados, obedecendo rigorosamente à ordem da classificação final, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, disponibilidade de vagas autorizadas para o cargo que concorreu, e, sobretudo, ao predominate interesse da Administração.

147.A habilitação no concurso público não assegura ao candidato o direito à nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo a ordem de classificação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e disponibilidade de vagas autorizadas para o cargo que concorreu.

148.Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de habilitação e classificação no concurso público, valendo, para este último fim, o resultado do concurso publicado no Diário Oficial da União.

149.A inscrição do candidato implica aceitação das decisões que venham a ser tomadas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em casos omissos ou em situações não previstas.

150.Os candidatos aprovados poderão ser aproveitados, no interesse exclusivo da Administração Pública, em outros Departamentos/Núcleos Acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe, assim como, por outras Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC.

17.No aproveitamento por outras Instituições Federais de Ensino, devem ser observados os requisitos elencados no Acórdão/TCU/ nº 4623/2015 - Primeira Câmara, de 18/08/2015.

151.O candidato deverá manter atualizado seu endereço e os seus dados pessoais junto à Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal da UFS, durante o prazo de validade do concurso. Os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço e dos seus dados pessoais são de exclusiva responsabilidade do candidato.

152.Os casos omissos serão decididos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

EDNALVA FREIRE CAETANO  
Pró-Reitora

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, MATÉRIAS DE ENSINO,

REGIME DE TRABALHO E ÁREA DE TITULAÇÃO

CAMPUS DA SAÚDE/HU - CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. JOÃO CARDOSO NASCIMENTO JÚNIOR

Depto./ Núcleo	Cargo			Regime de trabalho	Área da titulação		Área do Conhecimento	Nº de Vagas
Medicina	Titular Livre	Dedicação Exclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>Título de Doutor e 10 (dez) anos de experiência na grande área da Saúde ou;</li> <li>Título de Doutor com 10 (dez) anos de obtenção do doutorado na grande área da Saúde.</li> </ul>	Grande Área da Saúde	01	*	**	AC Cotas (Lei 12.990/2014) PD Total 01

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - EDITAL Nº 004/2018

Informações do candidato

Nome:		Data de expedição:	Órgão expedidor:
R.G.:		Nº do NIS:	
CPF:			
Data de Nascimento:			
Nome da mãe:			
Endereço completo:			
Departamento:			
Matéria de Ensino:			
Tel:		E-mail:	

Declaro, para efeito de concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição deste concurso público, e sob as penas da lei, ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2018.

Assinatura do candidato

RECIBO DE ENTREGA DO PEDIDO ISENÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO - UFS

Candidato: \_\_\_\_\_

Recebi o pedido,

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
DATA

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA DIRESF

ANEXO III  
PONTOS DAS PROVAS E ÁREAS DOS PROJETOS DE PESQUISA

Departamento de Medicina - Campus da Saúde/HU - Área de Conhecimento: Grande Área da Saúde - Pontos:

- A pesquisa nos cursos de graduação da área da saúde;
- Pesquisa translacional e a sua importância para prática na saúde;
- O uso de evidência científica na prática clínica;
- Interdisciplinaridade e o cuidado em saúde;
- O cuidado relacionado às condições crônicas nos três níveis de atenção à saúde;
- O exame clínico e o processo de diagnóstico;
- Comunicação Clínica no cuidado em saúde;
- Reações adversas e interações medicamentosas no cuidado de pacientes idosos;
- O uso de metodologias ativas em cursos tradicionais de graduação na área da saúde;
- Simulação no ensino e na avaliação relacionados a cursos na saúde.

Área da prova oral (defesa de tese): Condições crônicas e/ou agudas: epidemiologia, vigilância e prevenção.

~~DIRETORIA ADMINISTRATIVA~~

~~RETIFICAÇÃO~~

No ~~AVISO DE CONCESSÃO DE USO~~ (Concorrência 001/2018) publicado no D.O.U. em 23/01/2018, seção 3, Pág. 27, onde se lê: "...a se realizar no dia 22/02/2018...", leia-se: "...a se realizar no dia 27/02/2018...".

~~FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS~~

~~EXTRATO DE CONVÊNIO~~

~~ESPÉCIE:~~ Termo de Convênio de Estágio Mútuo que celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

~~OBJETO:~~ Oferta de vagas para realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório dos cursos das instituições convenientes.

~~VIGÊNCIA:~~ 05 (cinco) anos a contar da assinatura.

~~DATA DA ASSINATURA:~~ 07/12/2017

~~SIGNATÁRIOS:~~ Luís Eduardo Bovolato - Reitor da Universidade Federal do Tocantins - UFT e Vice-mário Simões - Reitor da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

~~FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO~~

~~EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2018~~

~~Contrato de Professor Substituto. Contratante: Universidade Federal do Vale do São Francisco, CNPJ: 05.440.725/0001-14. Contratado: NAYRA GONÇALVES BEZERRA DE MENEZES, CPF: 030.530.543-37. Objeto: serviços de docência na área de EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL com zelo, eficiência e lealdade, de acordo com os regulamentos, regimentos e normas específicas, a que se subordinará a execução do Contrato nº 065/2018. Carga Horária: 20 horas semanais. Prazo de Vigência: de 24/01/2018 até 24/07/2018. Data da assinatura: 24/01/2018.~~

~~RETIFICAÇÃO~~

No ~~Extrato de Contrato Nº 14/2017~~ publicado no D.O. de 07/03/2017, Seção 3, Pág. 31. Onde se lê: Vigência: 21/02/2017 a 21/02/2018. Leia-se: Vigência: 23/02/2017 a 23/02/2018. Onde se lê: Assinatura: 21/02/2017. Leia-se: Assinatura: 23/02/2017

(~~SICON - 24/01/2018~~) 154421-26230-2017NE800174

~~FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO~~

~~EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS~~

~~Espécie: Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 710145/2008. Processo nº 23400.001369/2007-15. Participes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO-MG, CNPJ/MF nº 18.668.624/0001-47. Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 710145/2008, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 180 dias, de 17/01/2018 até 15/07/2018. Data e Assinaturas: 16/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e SÉRGIO ARLINDO CERAVOLO PAOLIELLO - Prefeito, CPF nº 286.830.486-91.~~

~~Espécie: Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 700763/2011. Processo nº 23400.002117/2011-81.~~

~~Participes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o MUNICÍPIO DE RECURSOLÂNDIA-TO, CNPJ/MF nº 37.421.146/0001-10.~~

~~Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 700763/2011, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 180 dias, de 18/01/2018 até 16/07/2018.~~

~~Data e Assinaturas: 17/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e NADI PINHEIRO DE SOUZA TEIXEIRA - Prefeita, CPF nº 769.185.481-15.~~

~~Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 789226/2013. Processo nº 23400.000413/2013-18.~~

~~Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-CE, CNPJ/MF nº 07.885.809/0001-97, com a intervenção da UNIAO, representada pelo MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/SESU.~~

~~Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 789226/2013, nos termos do art. 57, § 1º, inciso VI da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 365 dias, de 20/01/2018 até 19/01/2019.~~

~~Data e Assinaturas: 19/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34, JOSÉ JACKSON COELHO SAMPAIO - Presidente, CPF nº 042.732.903-59 e PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE - Secretário, CPF nº 453.821.406-00.~~

~~Espécie: Décimo Termo Aditivo ao Convênio nº 701464/2011. Processo nº 23400.005120/2011-57.~~

~~Participes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o MUNICÍPIO DE ITAARA RS, CNPJ/MF nº 01.605.306/0001-34.~~

~~Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 701464/2011, nos termos do art. 57, § 1º, inciso IV da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 250 dias, de 10/01/2018 até 16/09/2018.~~

~~Data e Assinaturas: 09/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e CLÉO VIEIRA DO CARMO - Prefeito, CPF nº 270.928.280-15.~~

~~Espécie: Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 703239/2010. Processo nº 23400.010596/2009-95.~~

~~Participes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o MUNICÍPIO DE BAEPENDI/MG, CNPJ/MF nº 18.008.862/0001-26.~~

~~Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 703239/2010, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 180 dias, de 11/01/2018 até 09/07/2018.~~

~~Data e Assinaturas: 10/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e HILTON LUIZ DE CARVALHO ROLLO - Prefeito, CPF nº 047.619.058-40.~~

~~Espécie: Nono Termo Aditivo ao Convênio nº 658380/2009. Processo nº 23400.004992/2009-83.~~

~~Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o ESTADO DE TOCANTINS/TO, representado pela SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES/TO, CNPJ nº 25.053.083/0001-08.~~

~~Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 658380/2009, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93.~~

~~Vigência: 120 dias, de 19/01/2018 até 18/05/2018.~~

~~Data e Assinaturas: 18/01/2018 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e JARBAS FERREIRA DA COSTA - Subsecretário de Estado, CPF nº 243.194.491-34.~~

~~DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO~~

~~RETIFICAÇÃO~~

No ~~Inexigibilidade de Licitação Nº 4/2018~~ publicada no D.O.U. de 24/01/2018, Seção 3, Pág. 36. Onde se lê: Processo nº: 23034000804/2018. Leia-se: Processo nº: 23034000804201854.

(~~SIDEC - 24/01/2018~~) 153173-15253-2017NE800137

~~INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT~~

~~EXTRATO DE CONVÊNIO~~

~~Espécie: Termo de Convênio de Cooperação Mútua que entre si celebram o Instituto Benjamin Constant, CNPJ 00.394.445/0272-12 e o Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda, CNPJ 42.365.445/0001-15. Objeto: Concessão de desonzo aos funcionários e/ou associados do IBC e aos seus dependentes diretos que vierem a se matricular no IBMR. Vigência: 06/11/2017 a 05/11/2019. Assinaturas: JOÃO RICARDO MELO FIGUEIREDO, Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant, ANDERSON QUINTANILHA RANGEL, Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. Data da assinatura: 06 de novembro de 2017.~~

~~INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS LARANJAL DO JARI~~

~~EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017 - UASG 158160~~

~~Nº Processo: 23228001728201746. PREGÃO SRP Nº 35/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 09107461000132. Contratado: SERVICELINE COMERCIO E SERVICOS - ESPECIALIZADOS LTDA - M. Objeto: Contratação de serviço terceirizado de apoio administrativo, técnico e operacional. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto nº 2.271/1997, IN nº 05/2017/SEGES/MP e demais legislações pertinentes. Vigência: 14/12/2017 a 14/12/2018. Valor Total: R\$160.144,84. Fonte: 810000000 - 2018NE800005 Fonte: 810000000 - 2018NE800006. Data de Assinatura: 14/12/2017.~~

(~~SICON - 24/01/2018~~) 158160-26426-2017NE800013